

Agência Humana na teoria social de Marshall Sahlins

Gustavo de Castro Patricio de Alencar

Graduando em Ciências Sociais pela UFMG.

Palavras chave:
Agência Humana, Ação Social, Determinismo Cultural.

Key words:
Human Agency, Social Action, Cultural Determinism.

RESUMO: O problema da relação entre a ação individual e a ordem cultural constitui uma dos temas centrais da sociologia. Porém, os antropólogos têm negligenciado a questão em seus estudos da cultura. Na contramão desta tendência Marshall Sahlins, antropólogo americano, enfrenta o problema da ação para compreender a cultura dos povos polinésios, dialogando com a história e oferecendo uma contribuição para o debate entre as duas disciplinas.

ABSTRACT: *The problem of relations between individual action and cultural order constitutes one of the main Sociology themes. However, anthropologists constantly neglect the issue in their cultural studies. Contradicting this tendency Marshall Sahlins, an American anthropologist, approaches the problem of action to understand the culture of Polynesian people, dialoguing with history and giving a contribution to the debate between both subjects.*

Introdução

O presente trabalho pretende oferecer uma aproximação entre a teoria antropológica e a teoria sociológica. Mesmo sendo impossível delimitarmos exatamente a fronteira entre essas disciplinas irmãs, é possível perceber que existem certos temas que estão presentes no âmago dos debates de uma dessas áreas e que é negligenciado pelos estudiosos da outra.

Um exemplo disso é problema da ação humana e do determinismo cultural. Sociólogos, desde a fundação da disciplina, dedicaram muitas páginas para tentar compreender como os indivíduos agem entre si de tal forma a produzir uma entidade, a sociedade, que é mais do que a simples soma dos seus componentes. Também buscavam compreender como as regras sociais se modificam constantemente, mesmo sem a existência de reuniões entre os sujeitos sociais que decidiriam a implantação de novos códigos sociais.

O problema da ação humana está longe de ter sido resolvido pelos sociólogos e ainda está presente no centro da teoria sociológica dos dias de hoje. No entanto, essa questão tradicionalmente não ocupa muito espaço nos debates teóricos da antropologia. Importantes teorias sociológicas vêm sendo desenvolvidas com o intuito de oferecer uma resposta adequada para o problema do determinismo cultural. Em contrapartida, a antropologia praticamente não encarou esse problema de frente.

Na contramão dessa tendência, Marshall Sahlins, antropólogo da escola de Chicago, que desenvolveu importantes teorias antropológicas a partir da década de 60, revela uma preocupação singular com o tema em seu campo. O problema da ação individual e da ordem cultural é constantemente trabalhado nos livros e artigos desse autor. Espero, com o presente artigo, através do cotejo do pensamento social de Marshall Sahlins com o de teóricos da Sociologia da Ação Humana, demonstrar que os estudos do antropólogo estadunidense têm muito que

contribuir para o estudo da Ação Humana empreendido pela Sociologia.

Para tanto, o artigo está dividido em quatro partes. Na primeira será mostrada brevemente a história do pensamento sociológico que diz respeito ao problema da liberdade dos sujeitos sociais VS condicionamentos estruturais presentes no mundo social. Depois será ilustrada como esse debate tem sido apresentado e solucionado por três sociólogos: Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Anthony Giddens, que denomino coletivamente teóricos da agência humana, por apresentarem uma maneira própria de tratar a questão. Na terceira parte será apresentado o pensamento de Sahlins sobre o assunto e sua aproximação com os teóricos da agência humana. Por fim, na quarta parte, será mostrado como Sahlins aplica sua teoria do social a um exemplo etno-histórico da Polinésia do século XVIII.

I - Quem age? O problema canônico da sociologia

O problema da ação ocupa um lugar de destaque na história da teoria sociológica. Perguntar se os homens agem de acordo com as determinações de estruturas sociais preexistentes ou se agem de acordo com suas livres intenções desvinculadas das construções culturais de seu grupo é uma das principais tarefas de todo sociólogo. A relevância dessa questão é bem apresentada por Loïc J. D. Wacquant e Craig Jackson Calhoun em seu texto *Interesse, Racionalidade e Cultura*, onde lemos que: "entre todos os assuntos que excitam hoje a inclinação teórica da profissão (sociologia), nenhum supera o famoso 'vínculo micro-macro', recentemente instituído como problema canônico da disciplina e que todo sociólogo com um mínimo de ambição teórica deve enfrentar, ainda que ritualmente." (WACQUANTE e CALHOUN, 1991, p. 77)

Em resumo podemos identificar no curso da disciplina dois diferentes tipos de pensamentos

sobre o tema da ação: as microteorizações e macroteorizações. A primeira é bem definida por Jeffrey C. Alexander (1986) como teorias que acentuam o caráter contingente da vida social e o papel central das negociações individuais, por isso seus adeptos são reconhecidos como individualistas. A segunda é definida também por Alexander como teorias que enfatizam o papel das estruturas que se impõem ao comportamento dos indivíduos e de todo o coletivo, em razão disso são chamadas de teorias coletivistas.

A unilateralidade das posições teóricas individualistas e coletivistas, ambas opostas e contraditórias entre si, conduz à necessidade de opção, por parte do sociólogo, por um ou outro caminho. Apresentaremos exemplos de sociólogos que optaram pelas macroteorizações que privilegiam as análises coletivistas, e outros que preferiram as microteorizações cujo centro de análise se volta para os indivíduos.

Durkheim, um dos pais fundadores da sociologia, entendia que a sociedade estava na base de tudo. Sendo assim, segundo o autor, as ações humanas são determinadas por fatores sociais. A sociedade é algo que existe de maneira externa ao indivíduo e impõe, de maneira coercitiva, as nossas escolhas e atividades. Até mesmo o suicídio e a opção religiosa, ações que a princípio são totalmente individuais, são entendidas como fatos sociais, por terem como base a própria sociedade. Essa concepção hipersocializada, na qual a sociedade é o alicerce de todas as representações, é um exemplo de teoria coletivista focada nos fenômenos macroestruturais que interpretam as ações individuais apenas como reproduções das estruturas coercitivas.

A concepção Durkheimiana foi duramente criticada pela sociologia americana. Seus adeptos rejeitavam suas idéias, pois nelas os indivíduos são nada mais do que marionetes a mercê de estruturas impostas pelo social. A teoria da ação racional formulada pelo sociólogo americano James Coleman (1973) introduziu uma perspectiva econômica nos estudos sociais ao pressupor um indivíduo que busca maximizar seus ganhos através de cálculos racionais e utilitários. Há, portanto, um deslocamento das análises em direção ao subjetivismo que destaca o indivíduo em detrimento das formações sociais. Devido ao vasto espaço conquistado no âmago da teoria social americana, a teoria da ação racional serviu como inspiração para vários outros sociólogos que seguiram o caminho das microteorizações.

Um exemplo desses sociólogos é George Homans que desenvolveu a teoria das trocas em um livro intitulado "Social Behavior as Exchange" escrito em 1958, cujo foco estava nas inclinações individuais da ação. Lançando mão dos paradigmas racionalistas, Homans buscou identificar os mecanismos através dos quais os atores realizam seus cálculos racionais, entendendo que os indivíduos não dependem das normas do grupo no qual se encontram. Desse modo, as forças sociais, as estruturas, o sistema simbólico, são secundários e devem ser entendidos como elementos exteriores aos indivíduos que tomam decisões e realizam suas ações através

de escolhas racionais.

Seguindo a tradição teórica que percebe os atores individuais como criadores ativos da ordem social, temos como exemplo a etnometodologia de Garfinkel e a fenomenologia. O trabalho de Garfinkel, desenvolvido principalmente em seu livro "Studies in Ethnomethodology" de 1967, buscava entender como os atores formulam suas próprias regras e normas, ou seja, sua 'etno'-metodologia. Sua ênfase voltava-se para a descrição das técnicas cognitivas através das quais os indivíduos lidavam com os eventos contingenciais aos quais estavam expostos. Com isso, podemos conceber a etnometodologia como uma corrente exemplar das noções individualistas.

Um dos mais famosos sociólogos que também acompanha o caminho traçado pelo individualismo metodológico é Ervin Goffman que desenvolveu o interacionismo simbólico em livros como "Comportamento em lugares públicos" e "A representação do eu na vida cotidiana". O que vale para Goffman são as interações entre os atores, pouco importando as estruturas preexistentes ao momento exato desta interação, o que destaca o micro e coloca macro em segundo plano. De maneira resumida esses são alguns dos principais exemplos de sociólogos americanos que desenvolveram teorias nas quais o indivíduo recebe uma relevância maior do que as estruturas sociais coletivamente formuladas.

Já entre os coletivistas, ou seja, as alternativas macroteóricas, não têm como exemplo apenas o oferecido por Durkheim. O marxismo estruturalista, ao priorizar a totalidade em detrimento das partes individuais que a constituem, é um exemplo de concepção contrária àquela apresentada pela teoria sociológica descendente de Homans. As ações individuais são sempre determinadas por estruturas que escapam ao controle de cada ator, conduzindo-os e ordenando-os no espaço e no tempo. Existem várias ramificações do estruturalismo, todos buscando suplantar os indivíduos em busca de estruturas transcendentais orientadoras da ação. Sendo assim, teorias macro e micro estão envolvidas em um impasse aparentemente sem solução no qual a decisão por um dos pólos, o do coletivo ou o do indivíduo, implica o ganho de um e a perda do outro.

II - Terceira via: os teóricos da agência humana

A leitura que Jeffrey C. Alexander faz da história da sociologia é a de que com o fim do funcionalismo surgiram dois pólos teóricos, os coletivistas e os individualistas, envolvidos em um movimento pendular. Porém as alternativas teóricas pós-funcionalistas são incapazes, em consequência de seu caráter unilateral, de oferecer uma resposta ao dilema da ação, o que cria a necessidade de teorias que apresentem uma terceira via às oposições entre microteorizações e macroteorizações.

Denominaremos teorias da *agência humana*

essa terceira via que busca uma alternativa teórica ao debate da ação. Isso porque, ao invés de realizarem a opção entre micro e macro, as teorias da agência humana consideram que as duas dimensões são importantes para as análises do social, sendo complementares e não excludentes.

Os indivíduos são pensados como agentes, ou seja, introduzem diferenças em situações sociais. Não estão apenas seguindo regras que lhes são impostas, tampouco vivem alheios aos ordenamentos culturais de seu grupo. Só há agente quando existe ordem social e isso não o anula já que os indivíduos possuem a capacidade de produzir algo a partir das regras que são dadas.

A seguir será apresentada brevemente a teoria da ação social de três grandes nomes da sociologia que pensam nos termos da agência humana: Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Anthony Giddens.

Bourdieu

Pierre Bourdieu (2003), importante sociólogo francês, define seu trabalho como uma tentativa de evitar o objetivismo e o subjetivismo, da maneira como são frequentemente entendidos no pensamento social, e oferecer uma alternativa.

O autor vai de encontro a uma noção objetivista na qual os agentes seriam controlados por estruturas externas como marionetes a mercê de seu controlador (os fios fariam o papel das estruturas). De acordo com essa visão objetiva da ação, o mundo social deveria ser descrito apenas de um ponto de vista objetivo ignorando qualquer dimensão subjetiva dos agentes, já que estes seriam guiados exclusivamente por estruturas rígidas. A insuficiência desse tipo de teoria estaria na sua incapacidade de compreender o mundo social e a ação humana sem que houvesse reduções analíticas.

Ao negar o objetivismo exacerbado, Bourdieu (1990, 2003) não pretende cair no extremo oposto subjetivista. O mundo social não deve ser pensado apenas sob o aspecto subjetivo, segundo este autor, como se não houvesse nada além das construções interiores realizadas pelos sujeitos. A vida em sociedade apresenta uma dimensão invisível que escapa às simples construções realizadas pelos agentes. Ou seja, existe uma dimensão estruturada do mundo que independe da consciência e da vontade dos agentes individuais.

Somente o construtivismo e o subjetivismo considerados em conjunto nas análises do social seriam capazes de superar a oposição entre ação individual e ordem social. Desta forma, os estudos sociais teriam dois momentos para Bourdieu (2003): um primeiro objetivista no qual os sociólogos formulariam seus conceitos e as estruturas que estão presentes no mundo, para depois passar para a dimensão subjetivista na qual seriam averiguadas as relações entre os agentes na constante luta de transformar ou conservar as estruturas. O autor desenvolveu os conceitos de *habitus* e de campo para dar

conta das fases subjetiva e objetiva respectivamente que devem ser consideradas em conjunto.

O conceito de *habitus* está atrelado à dimensão construtivista do mundo social, é uma disposição adquirida, e, portanto, possui uma gênese social que orienta os agentes em suas ações. A formação do *habitus* não escapa à sociedade como se fosse algo de fora que penetrasse nas relações sociais, mas é um sistema socialmente formulado e, assim sendo, é inerente às relações entre os agentes. Nessa teoria os agentes possuem uma capacidade criadora e são ativos, o que vai de encontro às teses estruturalistas combatidas pelo autor.

O conceito de campo, outro termo central na teoria de Bourdieu, é utilizado para se referir àquelas dimensões do social que estão estruturadas de modo objetivo e que servem de palco para as lutas sociais. Sendo assim, existem estruturas sociais externas capazes de coagir e orientar os agentes.

Por pensar em termos conjuntivos, reunindo em uma só análise o construtivismo e subjetivismo, e não disjuntivos, e por tentar superar a oposição entre coletivistas e individualistas sem cair na unilateralidade de uma ou de outra concepção, podemos considerar Bourdieu um teórico da agência humana.

Elias

Norbert Elias, outro respeitável sociólogo, também pode ser considerado como um teórico da agência humana. Ainda que não utilize em suas obras o termo agente, Elias tem como objetivo romper com a dicotomia entre sociedade e indivíduo, e assim propor uma terceira via para o debate da ação humana.

Em seu livro *A sociedade dos indivíduos* o sociólogo alemão se coloca em uma posição contrária a qualquer tentativa de equacionar a relação entre sociedade e indivíduo na qual um seja privilegiado em detrimento do outro. Também recusa a exigência de teorias sociais unilaterais que focam suas análises apenas às estruturas supra-individuais que conduzem os sujeitos a um curso histórico definido independente de suas vontades individuais, ou outras, que enfatizam apenas as vontades isoladas de indivíduos racionais que criam mecanismos para atingirem determinados fins. Não existe, em sua teoria, um abismo entre as noções de indivíduo e sociedade, e sim uma complementação entre esses termos já que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos.

A chave do pensamento social de Elias está em não considerar os indivíduos como elementos isolados, mas pensá-los em suas relações. As relações entre os indivíduos formam uma sociedade em rede na qual todos em seu interior se relacionam uns com os outros e são mutuamente dependentes. Esse caráter reticular aponta para o fato de que a sociedade é constituída por indivíduos capazes de promover alterações nas estruturas de acordo com as modificações nas relações sociais.

O fato das relações entre os indivíduos serem capazes de alterar a sociedade não nos leva

a um individualismo ingênuo. Isso porque as relações a serem analisadas não são apenas entre os membros da sociedade entre si, mas ocorrem também entre os indivíduos e a rede social na qual estão inseridos. A rede social faz com que homens e mulheres estejam sujeitos a certos condicionamentos, o que faz com que suas vontades, desejos, planos e ambições individuais dependam das peculiaridades inerentes a essa rede.

Ao pensar em termos relacionais, Elias apresenta uma solução ao problema da contradição entre ação individual e estrutura social, suprimindo o hiato entre indivíduo e sociedade propõe uma alternativa que faz com que a presente teoria seja enquadrada dentro daquilo que venho chamando de teorias da agência humana.

Giddens

Semelhante a Bourdieu, Anthony Giddens ambiciona superar aquilo que reconhece serem os dois grandes domínios teóricos da sociologia: o objetivismo e o subjetivismo. Para tal, desenvolve em seu conhecido livro "A constituição da sociedade" a teoria da estruturação. Como o próprio nome já diz, Giddens busca reconciliar as noções de estrutura e de ação, colocando lado a lado idéias advindas tanto do estruturalismo e funcionalismo, quanto idéias presentes nas teorias interpretativas hermenêuticas.

O que permanece do pólo do objetivismo na teoria da estruturação são os conceitos de sistema e de estrutura. Já no pólo contrário, do subjetivismo, Giddens mantém as noções de consciência e ator social. Rejeita o fato de que no primeiro pólo a consciência do indivíduo é praticamente ignorada e ele passa a ser apenas um executor de regras, já que a estrutura manipularia as ações individuais. Do segundo pólo rejeita super valorização do individual e sua prevalência sobre o todo social, como se os atores interagissem alheios a qualquer disposição adquirida anteriormente. O autor se coloca, portanto, contra a supremacia da estrutura e a supremacia do sujeito.

De acordo com a teoria da estruturação, as práticas sociais possuem um caráter recursivo, ou seja, a sociedade é criada a cada momento na ação. Ao agir e ao exercer alguma atividade os atores utilizam certas regras que por serem respeitadas contribuem para sua reprodução no mundo social. No entanto essa reprodução de regras não anula o indivíduo fazendo dele apenas um reproduzidor de estruturas. Giddens reconhece que os agentes sociais possuem cognoscitividade, ou seja, eles são capazes de pensar sobre as suas ações e refletir sobre o mundo a sua volta. Não apenas sabem o que fazem e possuem conhecimento sobre o mundo, como também são dotados de reflexividade. Os atores são capazes de explicar a maior parte das coisas que fazem, já possuem consciência que os levam a expor discursivamente suas intenções.

Por ressaltar a presença de sistemas e estruturas fixadas no mundo social através das quais os agentes realizam seus atos, e por dotá-los de uma capacidade reflexiva e criadora,

Giddens recusa a unilateralidade dos objetivistas e subjetivistas. Através da teoria da estruturação, que não apresenta idéias totalmente novas, antes rearticula conceitos já presentes na teoria sociológica. Isso faz com que Giddens seja um dos mais importantes teóricos da agência humana.

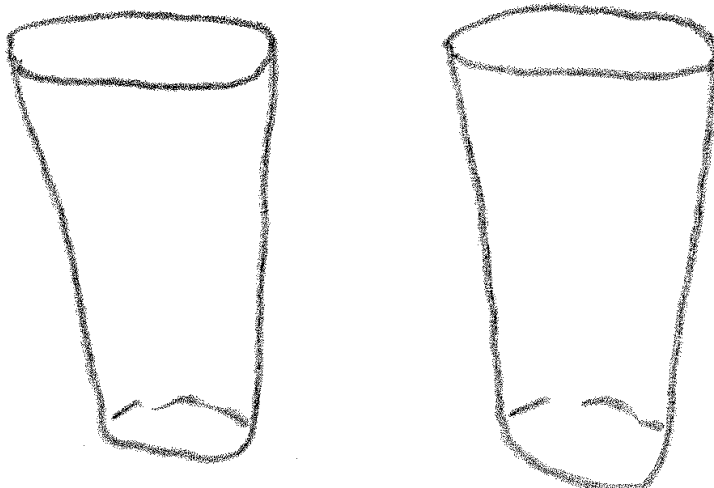
III - A agência humana na teoria de Sahlins

Seria um erro pressupor que apenas sociólogos refletem a respeito da questão da ação humana. Marshall Sahlins, grande nome da antropologia mundial, dedicou boa parte da sua obra para tentar superar a aparente contradição entre estrutura e ação individual. Ao estudar a cultura dos povos da Polinésia (Ilhas Fiji e Havai), Sahlins desenvolve uma teoria do social que tem algo em comum com as desenvolvidas pelos sociólogos da agência humana. O autor percebe a importância de um aspecto frequentemente ignorado pelas correntes antropológicas de sua época: a História. O resgate da perspectiva histórica, ou diacrônica, é importante, pois aponta para o fato de que os povos não se organizam em estruturas estáticas, mas estão em constante mutação.

A concepção de cultura de Sahlins passa pela determinação de sua relação com a história, dando origem a uma teoria que pensa a relação entre estrutura (cultura) e eventos (história). Nessa perspectiva, podemos inserir Sahlins na ampla discussão sociológica sobre o problema da ação humana, tema de fundo de várias digressões do autor. Se em obras como *Ilhas de História, Metáforas históricas e realidades míticas, História e Cultura* se esboça a questão da experiência individual e ordem cultural, é em um artigo com esse exato nome¹ que Sahlins encara abertamente o tema do determinismo cultural e da ação individual.

De maneira similar aos sociólogos adeptos da teoria da agência humana, Sahlins busca combater duas idéias que estiveram presentes na história do pensamento social a respeito da ação individual e seu oposto - determinismo cultural - para oferecer uma alternativa. De um lado, o autor ataca o utilitarismo, forte no pensamento social e econômico norte americano,

¹ SAHLINS, Marshall. Experiência individual e ordem cultural, in *Cultura na prática*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007



que pressupõe uma ação humana baseada no cálculo racional que tem por objetivo maximizar a utilidade. De outro lado, Sahlins ataca a noção de um Ser Superorgânico, uma cultura dotada de uma realidade *sui generis* apresentando características e funções próprias, independentemente dos arranjos individuais particulares. Ao fazer isso Sahlins formula uma teoria capaz de atingir um resultado semelhante ao alcançado pela teoria da agência humana, ou seja, a cunhagem de uma terceira opção à exigência de escolha entre ação individual livre e determinismo social estrutural.

Em *La pensée bourgeoise: a sociedade ocidental como cultura* (1976), Sahlins apresenta uma forte crítica ao utilitarismo. Seu argumento consiste na afirmação de que em conjunto com o materialismo histórico, o pensamento econômico burguês utilitarista, autoconsciência da nossa sociedade, ocultou o significado simbólico presente na práxis. Os códigos culturais são ignorados nessa concepção, e o cálculo econômico realizado pelas pessoas em busca de maximização dos benefícios e de minimização dos custos sugerem uma racionalidade que orienta toda a experiência humana.

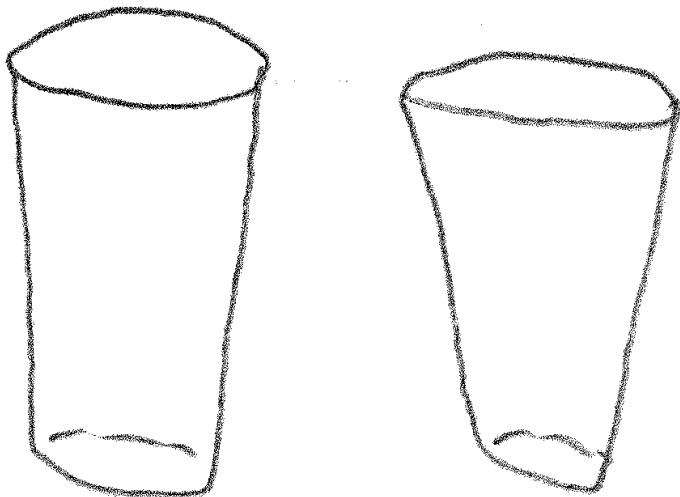
O autor rejeita a idéia de que nossa produção esteja pautada em cálculos apenas individuais e utilitários, e ao analisar o sistema de vestuários e os tabus alimentares americanos, busca uma explicação cultural para a produção. O simbólico, a cultura, estaria presente em nossa economia e em nossa produção material, já que mesmo que estejamos em busca de saciar nossas necessidades, não o fazemos de qualquer maneira, mas sim de uma maneira culturalmente orientada. Sendo assim, por mais que um americano busque saciar sua fome, ele evita certos alimentos, como por exemplo, carne de cachorro. A explicação desse tabu alimentar é cultural, uma vez que não há razões utilitárias que ofereçam uma resposta válida para o fato de não comermos nossos cães. A resposta, então, se encontra no simbolismo e no papel que este animal possui em nossa cultura, ou seja, a de um sujeito, uma vez que possui nome próprio, dorme dentro de casa e às vezes até em nossas camas, sendo considerado, para muitos, o melhor amigo do homem. Sahlins se opõe à idéia de indivíduos autônomos guiando suas ações por avaliações econômicas e racionais, propondo que por trás da prática

existe uma cultura que a orienta. A sociedade, na concepção utilitarista, seria o resultado de "contratos feitos por homens e mulheres racionais, na persecução de seus vários interesses particulares", (SAHLINS, 2007, p. 304), onde a "racionalidade" retira toda a dimensão simbólica das ações humanas.

Ao confrontar-se com experiências culturais outras que não as suas, a Antropologia colocou em xeque os conceitos ocidentais baseados no aspecto econômico. Com isso, começou a se desenvolver e ganhar força na antropologia americana do início do século XX, segundo Marshall Sahlins, a idéia de cultura como um Ser Superorgânico que, embora não existindo alheio aos homens, apresenta características e funções próprias. O papel dos indivíduos se restringiria à expressão das determinações culturais de uma coletividade entendida como um organismo existente independentemente dos arranjos individuais particulares. O indivíduo, segundo alguns autores que corroboraram a noção, estaria inserido na cultura tal como uma partícula se insere em um campo magnético. Para Sahlins a "resposta ao individualismo (oferecida pela antropologia) foi a de alienar o homem de sua atividade e criatividade, transferindo-as para uma espécie de supersujeito, a Cultura, à qual por sua vez, foram atribuídos todos os poderes de movimento e determinação." (ibid) Sendo assim, a Antropologia, de acordo com Sahlins, saiu do utilitarismo para entrar em seu oposto, o determinismo.

Dentre os pensamentos que concebem a sociedade como um Ser Superorgânico, o Estruturalismo, na visão de Sahlins, encerra uma valorização do sistema em detrimento do evento e da ação individual. Nas análises estruturais os eventos se encontram excluídos, marcando uma oposição clara entre estrutura e história. O estruturalismo, inspirado nas idéias de Saussure e em sua distinção entre a língua (*La langue*) e a fala (*La parole*), entende que a estrutura deve ser concebida como autônoma, arbitrária, e como um fenômeno coletivo. Com isso, o estruturalismo se torna incapaz de explicar as mudanças ocorridas no interior das coletividades, assumindo a cultura como algo estático não passível de transformações. Sem cair na teoria utilitarista, Sahlins buscará uma alternativa à concepção estrutural que seja capaz de compreender como as ações, os eventos e a história são culturalmente ordenados, e como as estruturas, a cultura e os signos ocorrem enquanto evento nas ações dos homens, sendo assim reavaliadas e transformadas nas contingências da vida cotidiana.

A afirmação de que "o utilitarismo escondeu a cultura e o superorgânico dissolveu toda a humanidade numa ontologia fantasiosa" (ibid p. 305) mostra que a resposta para o dilema canônico da sociologia - a ação humana - precisa ser alcançada, para Sahlins, numa outra via que não a do estruturalismo ou a do utilitarismo. Para o autor, na vida social existem signos que estruturam e orientam as ações individuais dos homens. A história, os eventos, os projetos individuais estão inseridos em lógicas simbólicas, fazendo com que as pessoas operem em



consonância com categorias socialmente dadas. Os eventos históricos, por mais contingentes que sejam, desdobram-se em um determinado campo cultural fazendo com que a história possua significados simbólicos. Os signos possuem, portanto, um papel na ação humana, a saber, o de oferecer um norte aos projetos de vida nos quais as pessoas se envolvem. Sendo assim, toda a história é culturalmente ordenada e orientada dentro das perspectivas de Sahlins.

Ao afirmar o papel da cultura na história, o autor não está propondo um determinismo cultural. Em sua teoria o sistema não é impenetrável pelo evento. Antes, a cultura existente se torna perceptível através da ação de sujeitos históricos, ou seja, a estrutura ocorre enquanto evento, isso faz com que essa estrutura se torne sujeita às contingências. É na vida cotidiana que a cultura é experimentada e vivenciada, portanto, nada obriga os homens a agirem desta ou daquela maneira, tal como vemos em uma frase repetida na obra de Sahlins: “O mundo não tem nenhuma obrigação de corresponder às categorias por meio das quais é pensado” (SAHLINS, 1990, p. 174). A vida simbólica ocorre enquanto fenômeno, e no fenômeno os agentes reavaliam os significados e de fato criam novos significados para suas experiências. Os signos assumem diferentes significados diante de contextos particulares já que as contingências os reorganizam. Os homens são criativos e por isso repensam seus esquemas convencionais, levando a uma modificação da cultura na ação histórica. Com isso, ao mesmo tempo em que Sahlins sustenta a ideia de uma lógica cultural comum aos indivíduos, aponta também para a presença de um “eu” que preserva uma liberdade que o capacita a experimentar tal lógica à sua própria maneira. Se toda a história é cultural, podemos afirmar que toda cultura é histórica, pois os esquemas culturais são ordenados historicamente.

Para esclarecer essa relação entre estrutura e ação, Sahlins nos fala da existência de uma “cultura tal como constituída” e de uma “cultura tal como vivida”. A primeira é uma virtualidade na qual “o signo tem um sentido abstrato, significando meramente, em virtude de todas as relações possíveis com outros signos, todos os seus usos possíveis; sendo assim ele é ‘independente de estímulos’, não estando preso a nenhum referente específico no mundo” (SAHLINS, 2007, p. 311). No entanto essa virtualidade do signo pode ser vivenciada e experimentada de diferentes maneiras quando inscrita na ação humana. Destarte, na cultura-tal-como-vivida, em meio às contingências da vida, as categorias culturais são relacionadas de maneiras diferentes daquelas fixadas pela cultura-tal-como-constituída. Exemplo disso é a analogia do valor monetário dado pelo autor. A moeda de cinco francos tem o seu valor fixado na sociedade uma vez que se estabelece um conjunto de objetos dessemelhantes pelos quais tal moeda pode ser trocada. A mesma moeda possui valor em contraste com unidades monetárias maiores ou menores, um franco ou dez francos. No entanto, o sentido de cinco francos geral e abstrato não corresponde àquilo que 5 francos significa para mim. Isso porque eu pos-

suo N possibilidades de gastá-lo da maneira que eu bem entender, dependendo de circunstâncias e objetivos particulares. (ibid, p. 310)

A estrutura e o signo são, para Sahlins, substancializados na ação e na prática, ocorrendo como fenômeno contingente: “na estrutura, o signo é fixado por relações diferenciais com outros signos; na ação, ele se combina de maneiras variadas com outros signos em relações de implicação” (ibid, p. 311). A agência na obra de Sahlins pode ser verificada no fato de que existe um arcabouço cultural, uma estrutura, que só se apresenta em termos contingentes nas ações individuais dos sujeitos, sendo assim, passível de modificações. Todo sistema cultural, categoria simbólica e estrutura podem ser modificados nas ações daqueles que agem, uma vez que novas relações entre os signos podem ser estabelecidas. Pessoas estão a todo o momento modificando sua cultura. Vejamos como Sahlins aplica essa teoria a um estudo de caso: as reformulações culturais vivenciadas pelos povos havaianos quando os europeus, Capitão Cook e sua tripulação, chegaram às ilhas Sandwich no final do século XVIII.

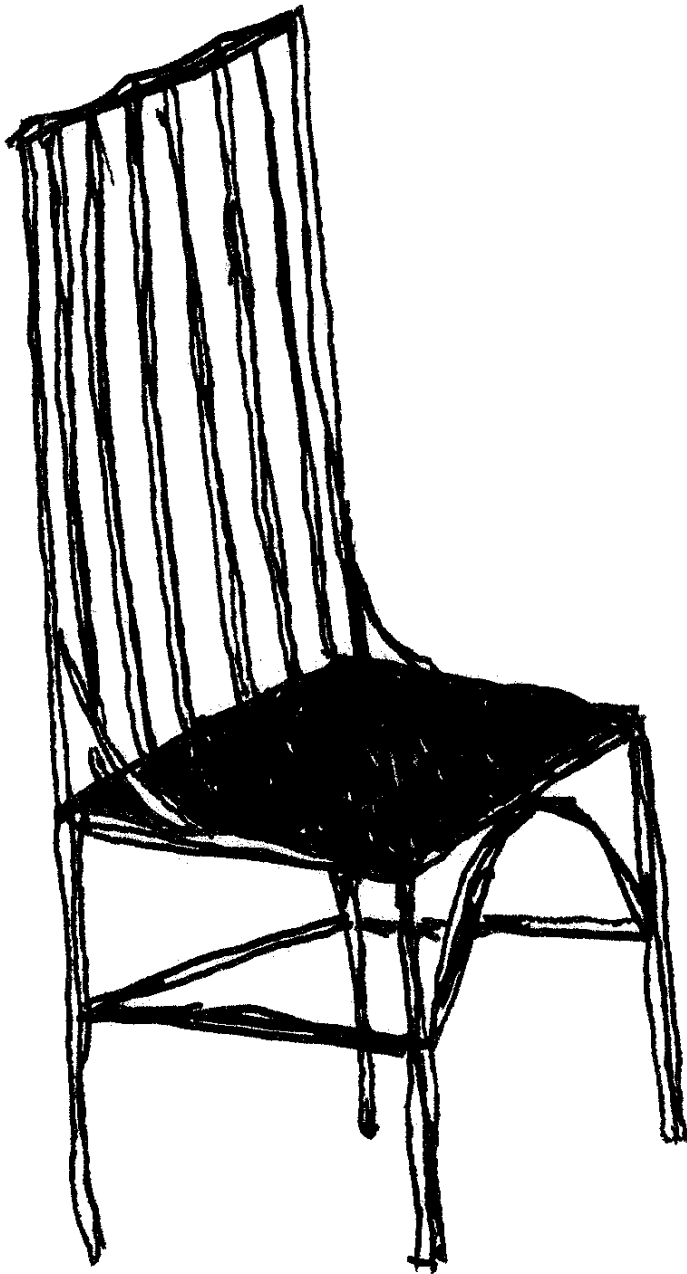
IV - Homens, mulheres, chefes e europeus: os agentes das Ilhas Sandwich

Ao estudar a história dos povos polinésios, Sahlins se interessa de maneira especial pelos momentos de contato entre culturas diferentes. Isso por serem ocasiões privilegiadas para perceber de que maneira uma cultura abarca, dentro de suas próprias lógicas, eventos e acontecimentos inéditos. Igualmente, momentos de contato demonstram de maneira mais clara como eventos e acontecimentos são capazes de alterar a ordem cultural pré-existente de uma sociedade.

Em 1778 os navios *Discovery e Resolution*, este último comandado pelo capitão James Cook, chegaram às ilhas Sandwich na baía de Waimea, em Kaua’i. Entretanto, como bem percebe Sahlins, a chegada do europeu ao Havai não foi de todo uma novidade para os que ali estavam, pois Cook chegou durante o Makahiki - festival do Ano-Novo do deus Lono, durante o qual Lono vem à ilha para simbolicamente todos os anos para a celebração. Aquilo que poderia ser interpretado como uma novidade sem precedentes para a cultura havaiana, a chegada do europeu, não foi muito diferente do que já acontecia todos os anos numa dimensão simbólica. Isso culminou na identificação do Capitão Cook com o próprio deus havaiano Lono. O capitão Cook não foi, portanto, uma novidade e sim uma metáfora histórica de uma realidade mítica, já que antes de ser evento este, quando reconhecido como deus Lono, já existia enquanto mito para a cultura local.

Explorar com maiores detalhes os acontecimentos envolvendo a identificação de Cook com o deus Lono, que culminará em sua morte², seria uma maneira de demonstrar como os eventos contingentes são ordenados e organizados

² A morte do capitão Cook como sendo resultado do ritual anual do Makahiki no qual o deus Lono é morto ritualmente todos os anos é bem apresentado na primeira parte do livro “Metáforas históricas e realidades míticas” de Marshall Sahlins.



de acordo com uma lógica simbólica, a cultura. No entanto, acredito que o aspecto da história havaiana que melhor evidenciará as contribuições teóricas de Sahlins para o debate sociológico sobre a ação humana será encontrado no sistema de tabus, presente na cultura local e suas reformulações decorrentes da chegada do europeu à ilha, quando novas relações são estabelecidas³.

Em resumo, o capitão James Cook, assim que chegou às ilhas Sandwich proibiu o estabelecimento de relações sexuais dos membros de sua tripulação com as havaianas para que o “Mal Venéreo” fosse evitado. No entanto, as mulheres insistiam para subir a bordo dos navios com o intuito de se oferecerem aos europeus, se valendo de toda a sorte de artifícios, como danças eróticas, para atraí-los. Isso fez com que a regra e a disciplina impostas pelo capitão fossem constantemente violadas. Atendendo às exigências feitas pelas próprias mulheres, Cook cedeu às pressões e colocou fim às proibições sexuais impostas, aplicando-as somente a si próprio.

O comportamento das mulheres impressio-

nava a tripulação em decorrência da facilidade com que estas se ofereciam e se insinuavam. Ao investigar a cultura havaiana Sahlins encontra a base do comportamento das mulheres, constatando que durante o ritual do ano novo (Makahiki) ocorre a regeneração da natureza feita pelo deus Lono expressada simbolicamente através de um casamento. O deus parte em busca de sua esposa para que juntos possam criar uma nova linhagem de reis. (SAHLINS, 1990, p. 26). Laka, a deusa considerada padroeira da dança erótica do hula, é identificada em um antigo canto como sendo irmã e esposa de Lono. Segundo Sahlins essa dança, o hula, “deveria excitar sexualmente o deus da reprodução cósmica sempre que este retornasse; o que talvez significasse, de modo mais direto, a cópula de Lono com as filhas humanas da deusa” Laka. (ibid) Sendo as mulheres havaianas discípulas de Laka e os britânicos reconhecidos como seres divinos, percebemos porque as primeiras realizavam o hula com frequência e também porque se entregavam tão espontaneamente aos marinheiros. A ação das mulheres era, portanto, culturalmente ordenada. A ação dos marinheiros não era diferente, pois estavam agindo fielmente de acordo com uma crença cultural: “a de que não existia Deus algum desse lado do cabo Horn” (FERNANDEZ, 1969, 2:663 apud SAHLINS, 1990, p. 26). Como Sahlins bem afirma “as mulheres se ofereciam por acreditarem em um deus e os marujos as aceitavam por terem esquecido a sua existência”. (ibid)

Os homens havaianos, também orientados por uma lógica cultural, ofereciam suas filhas, irmãs e até mesmo esposas, incentivando-as a subirem a bordo dos navios britânicos na esperança de que dessem à luz um filho que seria descendente de deuses. Semelhante a Prometeu, os havaianos eram motivados pela ambição de adquirir algo que procedia dos deuses. Motivação que induziu um incidente no qual um homem havaiano, ao embarcar no *Resolution* enquanto este ainda estava ancorado em Kauai'i, pegou a linha de prumo do navio na tentativa de levá-la para sua canoa. Os europeus motivados pela lógica cultural burguesa da sacralidade da propriedade privada impediram a proeza do polinésio. Se, por este lado do sistema cultural europeu, os havaianos saíam de mãos vazias dos navios, por outro, conseguiam levar para as suas aldeias toda a sorte de objetos. Isso porque era também parte da cultura européia saber retribuir os favores sexuais prestados pelas mulheres e pelos homens que as traziam a bordo, já que, orientados por sua cultura, entendiam a relação estabelecida como um serviço.

Falta ainda explorarmos a ação daqueles detentores de uma posição social diferenciada dentro da sociedade havaiana: os chefes locais. Uma vez motivados pela idéia de que deveriam ser os privilegiados nas transações de troca, já que possuíam profundo interesse nos bens estrangeiros e no *mana* divino, não se mostraram introvertidos na hora utilizar seus poderes de chefia para desenvolver meios de garantir a primazia no comércio. Como mulheres e homens envolvidos no intercâmbio sexual se relacionavam e adquiriam bens dos britânicos sem a mediação

³ Pautei-me principalmente no primeiro capítulo do livro *Ilhas de História* Suplemento à viagem de Cook; ou “le calcul sauvage” para a discussão que se seguirá. Parte da história narrada também pode ser encontrada na segunda parte do livro *Metáforas históricas e realidades míticas* Transformação: estrutura e prática.

dos chefes, estes passaram a impor tabus ao comércio de forma a controlá-lo. O objetivo era assegurar os privilégios políticos através dos bens econômicos. Sendo assim, “bens de ferro eram apreendidos arbitrariamente das mãos de pessoas do povo; outras vezes tal tesouro era requisitado como ho’okupu, oferenda a pretexto de uma cobrança ritual de dívidas do deus” (SAHLINS, 2008, p. 86).

Com a chegada do europeu, o conteúdo da distinção entre chefes e povo foi alterada, expressando uma oposição nunca antes vista entre pessoas do povo e poderes instituídos.

Se chefes se mostravam ávidos em criar tabus, os havaianos comuns não tinham tamanha avidez em segui-los. A transgressão de tabus era comum, e mesmo antes da chegada das embarcações européias as mulheres se mostravam dispostas a violar certas regras (ibid, pg 91). Com a chegada dos europeus dois tipos de infrações por parte das mulheres se destacaram: a de ignorarem o fato de os navios britânicos terem sido colocados sob tabu, bem como as interdições implementadas que proibiam a ida de mulheres ao mar; além de quebrarem tabus alimentares comendo diversos alimentos que lhes eram proibidos, como frutas e carne de porco, e comerem na companhia dos homens (tripulação do capitão Cook), algo que escandalizava a cultura tradicional⁴.

Violar tabus não era prerrogativa das mulheres, já que os homens havaianos também quebravam as regras impostas pelo sistema de proibições havaiano. Um exemplo disso ocorreu em janeiro de 1779 quando a baía de Kelakekua foi interdita no dia 24, com o intuito de ser preparada para a chegada do chefe governante Kalaniopuu. No dia da implementação do tabu todos vigiaram a exigência, mas na manhã do dia seguinte os nativos a violaram entrando na baía com canoas carregadas de porcos e produtos vegetais dados em oferenda aos europeus. Os europeus tiveram um papel importante nessa transgressão, pois induziram e incentivaram os havaianos comuns a acessarem os seus navios, uma vez que não era interessante para a tripulação que o abastecimento de produtos nativos cessasse. O incentivo à quebra de tabus também estava presente na relação europeu/mulheres, já que, estimuladas pelos britânicos, as havaianas com frequência comiam a bordo alimentos que lhes eram proibidos. A presença do europeu e os novos relacionamentos entre categorias sociais do Havai, constituídos com a sua chegada, influenciaram o sistema de tabus e a estrutura social do local.

As transgressões de tabus trouxeram consequências para a estrutura social havaiana. Em primeiro lugar a contínua quebra de tabus culminou em sua abolição em 1819, transformando assim o sistema de regras constituído tradicionalmente (SAHLINS, 2008, p. 94). Em segundo lugar, as violações ocasionaram uma modificação na maneira dos havaianos enxergarem os europeus. À exceção do capitão Cook, os europeus foram dessacralizados, tendo sua condição divina corroída em decorrência do fato de serem homens que realizavam suas refeições na presença de mulheres, algo que os maculava. Com

essa secularização do europeu, uma separação étnica que não estava presente no primeiro contato cultural surgiu distinguindo-os dos demais havaianos. Por fim, as contínuas infrações por parte das pessoas do povo (homens e mulheres) levou-as a se oporem, enquanto classe social, aos chefes e poderes instituídos no Havai. As estruturas tradicionais da ilha se alteraram sendo moldadas pela história e em contrapartida os eventos e acontecimentos ocorridos nas Ilhas Sandwich foram orquestrados pela cultura.

Através do exemplo acima narrado, vimos que as categorias culturais envolvidas (europeus, mulheres havaianas, homens havaianos e chefes locais) foram expressas enquanto prática num determinado contexto histórico. Todas as ações realizadas encontravam suporte nos respectivos sistemas simbólicos. Todavia, as ações dos agentes não são determinadas pelas categorias culturais, mas apenas informadas por elas. As novas relações estabelecidas no comércio erótico em Kaua’i conduziram à alteração das estruturas locais, de modo que tal comércio “passou a fazer história e não mais a repetir a tradição, ou seja, aqui vemos o começo da transformação cultural, uma vez que novas relações estão sendo estabelecidas” (SAHLINS, 1990, p. 27).

Considerando tanto as estruturas que orquestram as ações e ressaltando que essas mesmas estruturas não formam um todo imutável, mas se apresentam como evento nas ações humanas, expondo suas categorias ao risco de, no contato com outros sistemas culturais, ser modificada em maior ou menor grau, Sahlins se aproxima dos defensores da teoria da agência humana. Na “estrutura da conjuntura” - “a realização prática das categorias culturais em um contexto específico, assim como se expressa nas ações motivadas dos agentes históricos, o que inclui a microsociologia de sua interação” (ibid, p. 15)” - uma terceira via é apresentada ao debate sociológico reconciliando em uma mesma análise sistema/evento, diacronia/sincronia, estrutura/ação sem que se valorize um em detrimento do outro.

Na teoria social de Sahlins, agentes são todos aqueles que agem de acordo com suas categorias culturais, e ao fazê-lo, é inevitável que tais categorias sejam ressignificadas a todo o momento na vida cotidiana.

Conclusão

O projeto teórico de Marshall Sahlins oferece importantes contribuições para o chamado problema da ação humana privilegiadamente trabalhado entre os autores da sociologia. Ao olhar para a história polinésia o antropólogo norte-americano não pensa nos indivíduos apenas como manifestações de estruturas sociais rígidas, tampouco os entende como seres em busca apenas de interesses racionais livres de quaisquer construções culturais. Em sua teoria social os indivíduos são agentes capazes de produzir novos significados culturais quando novas relações são estabelecidas.

No caso dos agentes envolvidos no momen-

⁴ Discussão mais aprofundada sobre o sistema de tabus havaianos foge ao escopo do presente artigo. Para maiores detalhes da cultura havaiana e dos motivos por trás dessas proibições ler O rei-estrangeiro; ou Dumézil entre os Fiji in Ilhas de história 1990.

to da chegada dos europeus ao Havai no século XVIII, Sahlins percebe que mesmo que homens, mulheres, chefes e europeus estivessem seguindo seus ordenamentos culturais, novas configurações surgiram e alterações culturais ocorreram. O sistema de tabus presente naquela cultura foi modificado em decorrência das novas relações sociais estabelecidas entre os agentes, reforçando o ponto teórico de Sahlins segundo o qual toda mudança é culturalmente ordenada; e toda expressão cultural implica, em certa medida, em uma alteração.

Deste modo Marshall Sahlins não está alheio ao problema que preocupou e continua a preocupar os autores teóricos da sociologia. Sua maneira de encarar o problema da ação humana em muitos pontos se aproxima com os autores conhecidos como teóricos da agência humana, na medida em que apresenta uma terceira via explicativa que evita as polarizações ação individual X determinismo cultural.

Submetido em Abril de 2011

Aceito em Junho de 2012

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Jeffrey, C. (1986), "O Novo Movimento Teórico", Revista Brasileira de Ciências Sociais 4, vol. 2, junho: p. 6-28.
- BOURDIEU, Pierre. (1990). Espaço social e poder simbólico, in Coisa Ditas, São Paulo: Brasiliense.
- BOURDIEU, Pierre. (2003). O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CALHOUN, Craig e WACQUANT, loic. "Interesse, racionalidade e cultura". Rev. bras. Ci. Soc. n.15 São Paulo. Disponível no site <www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs_00_15/rbcs15_06.htm>
- COLEMAN, James. (1973), The mathematics of collective action. Londres, Heineman.
- ELIAS, Norbert. (1994), A sociedade dos indivíduos Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.
- GARFINKEL, Harold. (1967). Studies in Ethnomethodology. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall.
- GIDDENS, Anthony. (2003), A constituição da sociedade. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- GOFFMAN, Erving. (2006). A representação do eu na vida cotidiana. Rio de Janeiro: Vozes.
- GOFFMAN, Erving. (2010). Comportamento em lugares públicos. Rio de Janeiro: Vozes.
- HOMANS, George. (1958), Social Behavior as Exchange. American Journal of Sociology, v. 62.
- SAHLINS, Marshall. (1990), Ilhas de história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.
- SAHLINS, Marshall. (2006), História e cultura: apologias a tucídides. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.
- SAHLINS, Marshall. (2007), Cultura na prática. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- SAHLINS, Marshall. (2008), Metáforas históricas e realidades míticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.